



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DESTAQUES (R\$ MM) 4T21	4T21	4T20	Δ %	2021	2020	Δ %
Margem Bruta	317	229	38%	1.102	828	33%
EBITDA	242	159	52%	851	573	49%
Resultado Financeiro	(34)	(18)	89%	(69)	(55)	25%
Lucro Líquido	146	99	47%	533	342	56%
<b>INDICADORES OPERACIONAIS</b>						
Energia Injetada (GWh)	1.771	1.750	1,2%	6.686	6.350	5,3%
Energia Distribuída (GWh)	1.557	1.458	6,8%	6.032	5.633	7,1%
Número de Clientes	1.526	1.494				
DEC anualizado (horas)	6,78	9,20				
FEC anualizado (interrupções)	2,81	3,85				
Perdas totais de 12 meses (%)	9,78%	9,83%				
<b>Indicadores Financeiros de Dívida¹</b>						
Dívida Líquida²/EBITDA³	2,00	2,15	(0,15)			
EBITDA/Resultado Financeiro⁴	12,33	10,45	1,88			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AA-				

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants  
 ² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários  
 ³ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada de 1.771 GWh no 4T21 (+1,2% vs. 4T20) e de 6.686 GWh no ano (+5,3% vs. 2020), confirmando a retomada da atividade econômica ao longo do ano.
- Energia distribuída de 1.557 GWh no 4T21 (+6,8% vs. 4T20) e 6.032 GWh no 2021 (+7,1% vs. 2020). Vale destacar o efeito da REN 863/2019, impactando o não faturado no 4T20 em 110 GWh, diminuindo a energia distribuída no 4T20 sem impacto no resultado econômico;
- Despesas Operacionais no 4T21 de R\$ 72 milhões em linha com o 4T20 e de R\$ 244 milhões em 2021 (-3% vs. 2020), confirmando os ganhos de eficiência;
- EBITDA de R\$ 242 milhões no 4T21 (+52% vs. 4T20) e de R\$ 851 milhões em 2021 (+49% vs. 2020);
- Lucro Líquido de R\$ 146 milhões (+47% vs. 4T20) e de R\$ 533 milhões em 2021 (+56% vs. 2020);
- RS 360 milhões CAPEX em 2021, maior parte dedicada à expansão da rede;
- Perdas Totais (12 meses) no 4T21 de 9,78%, abaixo do limite regulatório;
- DEC (12 meses) de 6,78h (abaixo do regulatório de 11,35h) e FEC (12 meses) de 2,81x (abaixo do regulatório de 7,53x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Se pudessemos escolher uma palavra para definir o ano de 2021 para nossa empresa, esta seria SUPERACÃO. A continuidade da pandemia, e todos os efeitos que ela tem causado na sociedade, na economia e no cotidiano das pessoas, nos impôs cenários ainda mais desafiadores. Porém, a resiliência e força dos nossos colaboradores, o alinhamento com os valores organizacionais e uma estratégia clara e assertiva, proporcionaram à Neoenergia Cosern a superação de grandes desafios que podem ser traduzidos nos resultados financeiros e operacionais. Nosso mercado apresentou um aumento de 7% na energia entregue. Este fator, somado a uma gestão eficiente da nossa operação, colaborou com um EBITDA de R\$ 851 milhões, 49% maior que o fechamento de 2020 e um Lucro Líquido que cresceu 56% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 533 milhões. Fortalecemos as ações de combate às perdas e à inadimplência, com mais assertividade no direcionamento e maior capacitação das equipes de campo. Com isto, foi possível manter os indicadores de gestão da receita enquadrados nos limites regulatórios num cenário adverso. Mantivemos os níveis de investimentos na rede elétrica e na modernização de nossa operação. Foram R\$ 360 milhões investidos, priorizando a expansão do sistema elétrico, a renovação dos ativos e a flexibilidade operacional, com o objetivo de melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado. Quatro novas subestações e 24 alimentadores foram inseridos no sistema elétrico, 135 km de rede foram renovados e inauguramos um Centro de Operações backup para garantir a gestão de ocorrências mesmo em caso de contingência no Centro de Operações principal, além da abertura de um novo Centro de Distribuição de materiais para otimização da logística. A continuidade dos investimentos, adicionada a uma gestão operacional bem direcionada, trouxe o nosso DEC, que representa a duração das interrupções no fornecimento de energia, para o melhor patamar histórico: 6,78h. A frequência (FEC) de faltas de energia também é a menor da história: 2,81 vezes. São resultados bem inferiores aos limites regulatórios, que demonstram nosso compromisso em oferecer um serviço cada vez melhor aos nossos clientes. Sentimo-nos ainda mais orgulhosos por termos conseguido vencer todos os desafios mencionados acima sem registro de acidentes com afastamento, tanto na força de trabalho própria como nas empresas prestadoras de serviço. Além disso, foram mantidos os protocolos e diretrizes de combate à pandemia dentro de nossas instalações e o cuidado especial no fornecimento de energia às unidades consumidoras essenciais para a sociedade como hospitais, postos de saúde e abastecimento de água. Todas as conquistas aqui citadas não seriam possíveis sem o engajamento e a atitude das pessoas que fazem a Neoenergia Cosern. A mim, resta agradecer por todo o empenho, reconhecer os resultados e parabenizar a todos pelo constante movimento em busca da SUPERACÃO. Alinhados com os valores da Neoenergia, abraçaremos os novos desafios de 2022, com a convicção de que seguiremos firmes no propósito de ter uma Neoenergia Cosern com resultados cada vez melhores para a sociedade potiguar e para os nossos acionistas.

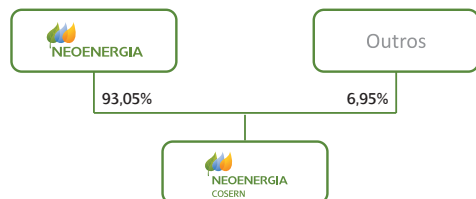
Márcio Caires Vasconcelos  
 Diretor-Presidente da Neoenergia Cosern

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Cosern detém a concessão para distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, composto de 167 municípios potiguares em uma área total de 52.811 km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2021, a Estrutura Acionária da Companhia era a seguinte: 93,05% Neoenergia e 6,95% free float.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%. Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra a Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e por próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração. Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi a 9,25%, no final de 2021. Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço. No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em abril de 2021, a Neoenergia Cosern teve seu reajuste tarifário aprovado pela Aneel, com efeito médio para o consumidor de 8,96%. A variação da Parcela A foi de 18,52%, totalizando R\$ 6.117,6 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 53,02% nos custos de transmissão e 7,34% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 202,91/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 29,90% (R\$ 4.496,9 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, deduzida do Fator X, de 1,20%. O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS e a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até março de 2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado já a partir de 22 de abril de 2021.

3.2. Perdas de Energia e Receitas Irrecuperáveis

Em dezembro de 2021, a ANEEL aprovou a nova metodologia de perdas, atualizando-a com aprimoramentos que trouxeram avanços na modelagem especialmente na construção do ranking de complexidade, que passou a ser único (baseado em 138 modelos), e não mais pela média de 3 rankings/modelos. Houve também a ampliação do número de variáveis avaliadas para 17. Na proposta inicial de abertura da CP considerava-se apenas 5 variáveis.

Perdas (%)														
Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total				Aneel 21		
4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21		2T21	3T21
8,44%	8,54%	8,51%	8,48%	8,39%	1,39%	0,77%	1,04%	1,10%	1,39%	9,83%	9,31%	9,55%	9,58%	9,78%
Perdas (GW)														
Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total				Aneel 21		
4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21		2T21	3T21
536	546	559	565	561	88	50	68	73	93	624	596	627	638	654

NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T21 foram de 9,78% e seguem abaixo do limite regulatório de 10,74%.

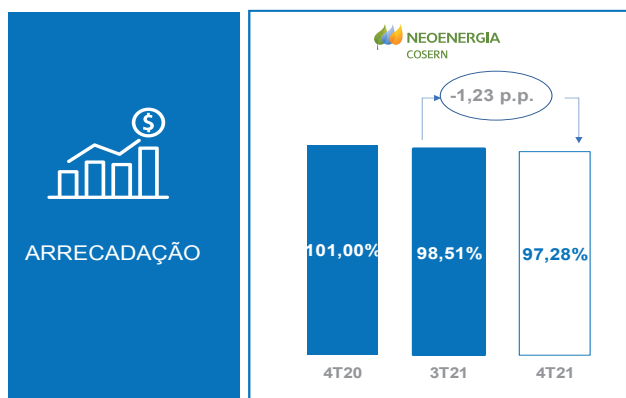
A Companhia vem atuando no plano de combate a perdas e no 2021 as principais ações foram:

- (i) Realização de mais de 65 mil inspeções;
- (ii) Substituição de 85 mil medidores obsoletos;
- (iii) Atualização de 173 mil pontos no cadastro de iluminação pública, totalizando uma energia recuperada de 17,18 GWh;
- (iv) Realização de 30 ações com apoio policial.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo retrata o índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



A arrecadação no 4T21 segue em patamares elevados, atingindo 97,28%, inferior ao observado no 3T21, explicada pelo descasamento pontual entre o faturamento, que contempla o incremento da bandeira tarifária escassez hídrica aplicada desde setembro e a arrecadação que irá refletir este impacto no trimestre subsequente.

Outros aprimoramentos de destaque na atualização da metodologia foram: a definição do ponto de partida; a alteração do ano de referência no cálculo da meta passando a adotar média de 3 anos; o tratamento para empresas com meta superior ao ponto de partida; a redução do nível de perdas estruturais (limite mínimo); a elevação do limite da velocidade da trajetória de redução e o estabelecimento de regras específicas para áreas de risco, ASRO - Áreas com Severa Restrição Operativa.

Quanto ao tema de Receitas Irrecuperáveis, a ANEEL manteve a metodologia atual atualizando a base de dados (com a adoção de 4 anos, 2017 a 2020). A metodologia continua levando em consideração o ranking de complexidade sócio econômica, que foi atualizado nesta revisão da metodologia de perdas não técnicas.

3.3. Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras

Foi publicada em 26 de março a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho, foi prorrogada até 30 de setembro por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das Distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobreconotação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

3.4. Medidas associadas à crise hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) - Jun/21

A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

Programa de Resposta à Demanda - ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica - set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

3.5. Liberalização do Mercado

Em dez/19, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a Portaria nº 465 que reduziu os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia:

- A partir de 1º de janeiro de 2021, os consumidores com carga ≥ 1.500 kW;
- A partir de 1º de janeiro de 2022, os consumidores com carga ≥ 1.000 kW; e
- A partir de 1º de janeiro de 2023, os consumidores com carga ≥ 500 kW.

Até 31 de janeiro de 2022, foram realizados estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

Além disso, o Projeto de Lei 414/2021 (nº anterior: PLS 232/2016), do Senado, prevê a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras, alterando, dessa forma, o marco regulatório do setor elétrico possibilitando a criação de um mercado verdadeiramente livre no País. O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O PL prevê que de imediato, os consumidores de cargas superiores a 3 mil kWh poderão escolher o fornecedor e que em um prazo de 42 meses após a sanção da lei, todos os consumidores poderão optar pelo ambiente de livre contratação. Outra mudança é que os resultados das operações das concessionárias de distribuição de energia elétrica com excesso involuntário de energia, observados os mecanismos de ajuste de sobras e déficits de energia elétrica disponíveis e o princípio de máximo esforço, serão alocados a todos os consumidores dos ambientes de contratação regulada e livre, mediante encargo tarifário na proporção do consumo de energia.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Neoenergia Cosern encerrou o ano de 2021 com 1.526 mil consumidores, que corresponde ao incremento de 2,1%, equivalente a 32 mil novos consumidores em relação a 2020.

Número de Consumidores (Em milhares)	Participação no Total %		2021 x 2020	
	2021	2020	Dif.	%
Residencial	1.337	1.308	87,6%	87,6%
Industrial	1	1	0,1%	0,1%
Comercial	107	103	7,0%	6,9%
Rural	54	56	3,5%	3,7%
Outros	27	26	1,8%	1,7%
<b>Total</b>	<b>1.526</b>	<b>1.494</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

4.2. Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	Participação no Total %		4T21 x 4T20		Participação no Total %		2021 x 2020					
	4T21	4T20	Dif.	%	2021	2020	Dif.	%				
<b>Residencial</b>	611	602	51,5%	53,3%	9	1,5%	2.439	2.365	52,9%	52,6%	29	3,1%
<b>Industrial</b>	55	56	4,6%	5,0%	(1)	(1,8%)	235	246	5,1%	5,5%	(11)	(4,5%)
<b>Comercial</b>	222	194	18,7%	17,2%	28	14,4%	854	803	18,5%	17,9%	50	6,4%
<b>Rural</b>	144	126	12,1%	11,2%	18	14,3%	476	406	10,3%	9,0%	70	17,2%
<b>Outros</b>	156	153	13,1%	13,5%	3	2,0%	604	679	13,1%	15,1%	(75)	(11,0%)
<b>Total Energia Distribuída (Cativa)</b>	<b>1.187</b>	<b>1.130</b>	<b>76%</b>	<b>78%</b>	<b>57</b>	<b>5,0%</b>	<b>4.607</b>	<b>4.499</b>	<b>76%</b>	<b>80%</b>	<b>108</b>	<b>2,4%</b>
<b> Mercado Livre</b>	<b>370</b>	<b>328</b>	<b>23,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>42</b>	<b>12,8%</b>	<b>1.425</b>	<b>1.134</b>	<b>23,6%</b>	<b>20,1%</b>	<b>291</b>	<b>25,7%</b>
<b>Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)</b>	<b>1.557</b>	<b>1.458</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>99</b>	<b>6,8%</b>	<b>6.032</b>	<b>5.633</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>399</b>	<b>7,1%</b>

A energia distribuída (cativo + livre) pela Neoenergia Cosern no 4T21 foi de 1.557 GWh, crescimento de 6,8% vs. 4T20, explicado, principalmente, pelo desempenho das classes comercial e rural, acrescido do registro de temperaturas máximas superiores quando comparadas ao igual período do ano anterior.

Com relação ao comparativo anual, a energia distribuída em 2021 foi de 6.032 GWh, + 7,1% vs. 2020, influenciado, principalmente, pelo aumento da base de clientes, maiores temperaturas e retomada do mercado na área de concessão. Vale destacar, também, o impacto da REN 863/2019, que levou o não faturado no 4T20 a 110 GWh, diminuindo a energia distribuída no 4T20 sem impacto no resultado econômico. O consumo residencial apresentou crescimento de 1,5% no 4T21 vs. 4T20 e de 3,1% (2021 vs. 2020), influenciado pelas temperaturas mais elevadas, bem como aumento da base de clientes.

O segmento cativo da classe industrial apresentou uma redução de 1,8% (4T21 vs. 4T20) e de 4,5% (2021 vs. 2020). Quando analisado juntamente com o mercado livre o resultado é de crescimento de 10,7% no trimestre e 20,3% no ano, resultado este explicado pelo retorno da atividade econômica, com importante contribuição dos setores de têxtil e de construção civil. A classe comercial cativa apresentou crescimento de 14,4% no 4T21 vs. 4T20 e de 6,4% em 2021, quando comparado com o ano anterior. Resultado que foi influenciado pela retomada da atividade econômica, com destaque para o segmento de serviços. Na classe rural observou-se crescimento de 11,2% no 4T21 vs. 4T20. Considerando o comparativo de 2021 vs. 2020, registra-se crescimento de 17,2%, explicado principalmente pelo menor volume de chuvas que demandou uma maior demanda de irrigação.

As outras classes totalizaram um crescimento de 2,0% no 4T21 vs. 4T20 e decréscimo de 11,0% em 2021 vs. 2020.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 1.771 GWh no 4T21, (+1,2% vs. 4T20) e no ano 6.686 GWh (+5,3% vs. 2020).

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	Variação		2021		2020		Variação	
	4T21	4T20	Dif.	%	2021	2020	Dif.	%
<b> Mercado Cativo</b>	<b>1.187</b>	<b>1.130</b>	<b>57</b>	<b>5,0%</b>	<b>4.607</b>	<b>4.499</b>	<b>108</b>	<b>2,4%</b>
<b> Mercado Livre + Suprimento</b>	<b>370</b>	<b>328</b>	<b>42</b>	<b>12,8%</b>	<b>1.425</b>	<b>1.134</b>	<b>291</b>	<b>25,7%</b>
<b> Energia Distribuída (A)</b>	<b>1.557</b>	<b>1.458</b>	<b>99</b>	<b>6,8%</b>	<b>6.032</b>	<b>5.633</b>	<b>399</b>	<b>7,1%</b>
<b> Energia Perdida (B)</b>	<b>177</b>	<b>181</b>	<b>(4)</b>	<b>(2,2%)</b>	<b>655</b>	<b>618</b>	<b>36</b>	<b>6,0%</b>
<b> Não Faturado (C)</b>	<b>37</b>	<b>110</b>	<b>(74)</b>	<b>(66,4%)</b>	<b>(0)</b>	<b>99</b>	<b>(99)</b>	<b>(100,0%)</b>
<b> Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)</b>	<b>1.771</b>	<b>1.750</b>	<b>21</b>	<b>1,2%</b>	<b>6.686</b>	<b>6.350</b>	<b>336</b>	<b>5,3%</b>

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

PECLD / ROB	Perdas (%)					3T21 x 4T21		2021		2020		Limite Regulatório
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	Dif.	%	2021	2020	Var.		

**5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

DRE (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	894	792	102	13%	3.414	2.697	717	27%
Custos com Energia	(621)	(606)	(15)	2%	(2.464)	(1.926)	(538)	28%
Margem Bruta s/ VNR	273	186	87	47%	950	771	179	23%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	44	43	1	2%	152	57	95	167%
<b>Margem Bruta</b>	<b>317</b>	<b>229</b>	<b>88</b>	<b>38%</b>	<b>1.102</b>	<b>828</b>	<b>274</b>	<b>33%</b>
Despesa Operacional	(72)	(72)	-	-	(244)	(252)	8	(3%)
PECLD	(3)	2	(5)	(250%)	(7)	(3)	(4)	133%
<b>EBITDA</b>	<b>242</b>	<b>159</b>	<b>83</b>	<b>52%</b>	<b>851</b>	<b>573</b>	<b>278</b>	<b>49%</b>
Depreciação	(36)	(28)	(8)	29%	(131)	(105)	(26)	25%
Resultado Financeiro	(34)	(18)	(16)	89%	(69)	(55)	(14)	25%
IR CS	(26)	(14)	(12)	86%	(118)	(71)	(47)	66%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>146</b>	<b>99</b>	<b>47</b>	<b>47%</b>	<b>533</b>	<b>342</b>	<b>191</b>	<b>56%</b>

A Neoenergia Cosern encerrou o 4T21 com Margem Bruta de R\$ 317 milhões, +38% vs. 4T20, devido ao aumento médio de 8,96% do reajuste tarifário de abril/21, aumento da base de clientes e pela retomada da economia. Em 2021, a Margem Bruta ficou em 33% acima do apurado em 2020, chegando a R\$ 1.102 milhões pelos mesmos motivos citados anteriormente e pelos reajustes tarifários de 2020 e 2021, além do maior VNR (+R\$ 95 milhões), explicado pelo maior IPCA no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 72 milhões no 4T21 em linha com o mesmo período do ano anterior e R\$ 244 milhões em 2021 (-3% vs. 2020), absorvendo tanto a inflação, quanto o crescimento da base de clientes, confirmando a contínua busca por eficiências.

A PECLD totalizou R\$ 3 milhões no 4T21 (-R\$ 5 milhões vs. 4T20) e em 2021 foi de R\$ 7 milhões (-R\$ 4 milhões vs. 2020), demonstrando a boa performance da arrecadação da concessionária.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T21 foi de R\$ 242 milhões, incremento de 52% vs. 4T20 e em 2021 foi de R\$ 851 milhões, R\$ 278 milhões acima de 2020.

Já o Lucro Líquido foi de R\$ 146 milhões no 4T21 (+47% vs. 4T20) e de R\$ 533 milhões no acumulado (+56% vs. 2020).

**5.1. EBITDA (LAJIDA)**

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	146	99	47	47%	533	342	191	56%
Despesas financeiras (B)	(57)	(52)	(5)	10%	(189)	(150)	(39)	26%
Receitas financeiras (C)	13	17	(4)	(24%)	68	60	8	13%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	10	17	(7)	(41%)	52	35	17	49%
Imposto de renda e contribuição social (E)	(26)	(14)	(12)	86%	(118)	(71)	(47)	66%
Depreciação e Amortização (F)	(36)	(28)	(8)	29%	(131)	(105)	(26)	25%
<b>EBITDA = (A)-(B)+(C)+(D)+(E)+(F)</b>	<b>242</b>	<b>159</b>	<b>83</b>	<b>52%</b>	<b>851</b>	<b>573</b>	<b>278</b>	<b>49%</b>

**5.2. Resultado Financeiro**

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	4	1	3	300%	10	7	3	43%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(45)	(22)	(23)	105%	(115)	(71)	(44)	62%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	7	3	4	133%	36	9	27	300%
Juros, comissões e acréscimo moratório	8	16	(8)	(50%)	50	52	(2)	(4%)
Variações monetárias e cambiais - outros	1	(1)	2	(200%)	1	(2)	3	(150%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	1	(3)	4	(133%)	(6)	(21)	15	(71%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	2	(1)	3	(300%)	9	(1)	10	(1.000%)
Obrigações pós emprego	-	-	-	-	1	1	-	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(5)	(8)	3	(38%)	(19)	(20)	(1)	(5%)
<b>Total</b>	<b>(34)</b>	<b>(18)</b>	<b>(16)</b>	<b>89%</b>	<b>(69)</b>	<b>(55)</b>	<b>(14)</b>	<b>25%</b>

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 34 milhões no 4T21 (-R\$ 16 milhões vs. 4T20) e de -R\$ 69 milhões em 2021 (-R\$ 14 milhões vs. 2020). As variações, tanto no trimestre quanto no ano, são explicadas pela maior despesa com encargos de dívida, devido ao aumento do IPCA no período (29% do endividamento está atrelado ao índice), além do aumento do CDI, que representa 71% do endividamento da Companhia. Segue quadro demonstrativo dos índices de 2020 e 2021:

Índices	2021	2020	Δ
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD*	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA*	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 31/12/2020 a 31/12/2021.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

**6. INVESTIMENTOS**

No 2021, a Neoenergia Cosern realizou Capex de R\$ 360 milhões, conforme tabela abaixo:

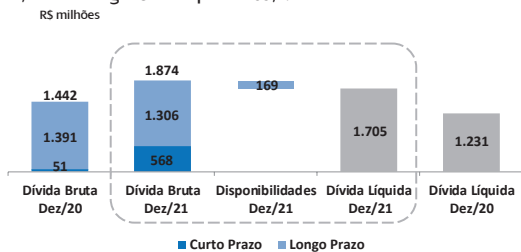
INVESTIMENTOS REALIZADOS	NEOENERGIA COSERN	
	4T21	2021
<b>Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)</b>		
<b>Expansão de Rede</b>	(47)	(183)
Novas Ligações	(25)	(102)
Novas SE's e RD's	(21)	(82)
<b>Renovação de Ativos</b>	(19)	(59)
<b>Melhoria da Rede</b>	(19)	(50)
<b>Perdas e Inadimplência</b>	(6)	(24)
<b>Outros</b>	(19)	(46)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	4	(33)
<b>(-) Investimento Bruto</b>	<b>(106)</b>	<b>(395)</b>
SUBVENCÕES	0	2
<b>(-) Investimento Líquido</b>	<b>(106)</b>	<b>(393)</b>
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(4)	33
<b>(=) CAPEX</b>	<b>(102)</b>	<b>(360)</b>
BAR	(19)	(46)
BRR	(91)	(316)

O CAPEX realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de CAPEX reflete a política da Neoenergia Cosern para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

**7. ESTRUTURA DE CAPITAL**

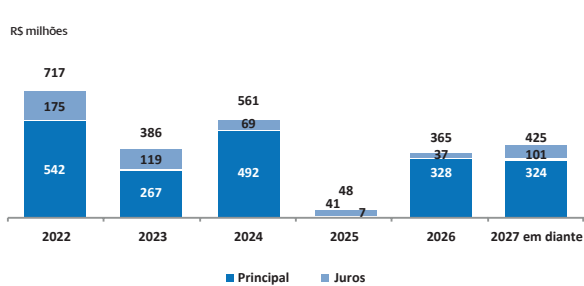
**7.1. Perfil da Dívida**

Em Dezembro de 2021, a dívida líquida da Neoenergia Cosern, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 1.705 milhões (dívida bruta de R\$ 1.874 milhões), apresentando crescimento de 39% (R\$ 474 milhões) em relação a dezembro de 2020. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Cosern possui 69,7% da dívida contabilizada no longo prazo e 30,3% no curto prazo.



**7.2. Cronograma de Vencimento**

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 31 de dezembro de 2021.



**8. RATING**

Em 30 de março de 2021, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

**9. OUTROS TEMAS**

**9.1. Clientes Baixa Renda**

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

**9.2. Práticas de Gestão**

**9.2.1. Remuneração de Acionistas**

A Neoenergia Cosern possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Em 2021, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos no montante de R\$ 28.739 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2021 e pagos em 12 de maio de 2021;
- (ii) Dividendos no valor de R\$ 208.024 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2021 e pagos em 22 de dezembro de 2021;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 26.934 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração de 30 de junho de 2021 e pagos em 26 de agosto de 2021;
- (iv) Dividendos Intermediários no valor de R\$ 60.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2021 e pagos em 22 de dezembro de 2021;
- (v) Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 27.939 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2021 e com previsão de pagamento para até 31 de dezembro de 2022.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2021 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

**9.2.2. Governança Corporativa**

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Cosern reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

**Conselho de Administração**

Integrado atualmente por nove representantes titulares, sendo um membro independente, e dois suplentes dos acionistas, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/dstituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

**Conselho Fiscal**

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

**Diretoria**

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

**9.2.3. Gestão de Pessoas**

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permanecesse conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021, o Grupo Neoenergia investiu R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde a distanciamento como prevenção à Covid se fez necessária. Esse investimento viabilizou a realização de 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1.737 eletricistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricistas no Distrito Federal. Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos do relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contanto com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

O ano de 2021 foi de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades onde atuamos. Com essa mesma força e determinação seguiremos em 2022!

**10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA**

**10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas**

O Grupo Neoenergia, norteado pelo seu propósito, valores e sistema de governança, integra em sua estratégia os aspectos ASG além dos ODS e os Princípios do Pacto Global da ONU. Nessa direção, cumpre o seu compromisso com um modelo de energia elétrica sustentável e acessível, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental junto aos seus stakeholders.

Como parte dessa evolução contínua, assumimos o compromisso com as seguintes metas: (i) Situar a intensidade das emissões abaixo dos 50 gramas de CO2 por kWh gerado no ano de 2030, visando a alcançar a neutralidade em carbono no ano 2050; (ii) Alcançar perda líquida Nula de Biodiversidade em novos empreendimentos até 2030; (iii) alcançar 35% de mulheres em postos de liderança na Companhia até 2030; e (iv) 70% dos grandes fornecedores classificados como sustentáveis até 2022 e 100% em 2030.

Desde 2007, a Companhia renova o compromisso com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que preconiza uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção, e, desde 2015, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos da ONU. Os Objetivos 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação global contra as mudanças climáticas), são os prioritários para a Neoenergia. A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Em setembro de 2021, Solange Ribeiro, Diretora-Presidente Adjunta da Neoenergia, foi nomeada vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

A partir de janeiro de 2022 a Neoenergia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 pelo 2º ano consecutivo, índice que reúne companhias que possuem as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. A Neoenergia também conquistou o score A- no caderno de mudanças climáticas do CDP em sua primeira participação nesta iniciativa, considerada a principal do setor financeiro em relação à mitigação das mudanças climáticas.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/).

**10.2. Inovação**

O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Este compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, Integração dos Sistemas de Redes e Eletrificação da Demanda.

A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação.

Possui forte atuação no programa de P&D Aneel, e conta com programa de open innovation, sempre com participação ativa e garantia da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores.

Dentro do Programa de P&D da Aneel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano. Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, temos o "Conexão Digital", cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autoatendimento de Religição, sem a necessidade de atendimento humano.

Com o objetivo de melhoria dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tecsny do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentação. Por fim, em open innovation, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

**10.3. Educação e Cultura**

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente – a de assessoria- que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagens dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia e voltadas aos editais, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

**10.4. Instituto Neoenergia**

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulso do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

**14. NOTA DE CONCILIAÇÃO**

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados do quarto trimestre (4T21) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T21	12M21	4T20	12M20	
(+) Receita líquida	952	3.616	847	2.794	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(44)	(152)	(43)	(57)	Nota 3
(-) Outras receitas	(15)	1	(12)	(41)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	1	-	1	Nota 3.4
<b>= RECEITA Operacional Líquida</b>	<b>894</b>	<b>3.414</b>	<b>792</b>	<b>2.697</b>	
(+) Custos com energia elétrica	(519)	(2.084)	(515)	(1.553)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(102)	(380)	(91)	(373)	Demonstrações de resultado
<b>= Custo com Energia</b>	<b>(621)</b>	<b>(2.464)</b>	<b>(606)</b>	<b>(1.926)</b>	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	44	152	43	57	Nota 3
<b>= MARGEM BRUTA</b>	<b>317</b>	<b>1.102</b>	<b>229</b>	<b>828</b>	
(+) Custos de operação	(72)	(262)	(63)	(228)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(11)	(39)	(12)	(40)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(39)	(124)	(37)	(129)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	36	131	28	105	Nota 6
(+) Outras receitas	15	51	12	41	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1,0)	(1,0)	-	(1,0)	Nota 3.4
<b>= Despesa Operacional (PMO)</b>	<b>(72)</b>	<b>(244)</b>	<b>(72)</b>	<b>(252)</b>	

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)**

	Notas	2021	2020
<b>Receita operacional, líquida</b>		<b>3.616</b>	<b>2.794</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(2.726)</b>	<b>(2.154)</b>
Custos com energia elétrica	4	(2.084)	(1.553)
Custos de construção	5	(380)	(373)
Custos de operação	6	(262)	(228)
<b>Lucro bruto</b>		<b>890</b>	<b>640</b>
Perdas de créditos esperadas	10.2	(7)	(3)
Despesas com vendas	6	(39)	(40)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(124)	(129)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>720</b>	<b>468</b>
<b>Resultado financeiro</b>	7	<b>(69)</b>	<b>(55)</b>
Receitas financeiras		68	60
Despesas financeiras		(189)	(150)
Outros resultados financeiros, líquidos		52	35
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>651</b>	<b>413</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	8.1.1	<b>(118)</b>	<b>(71)</b>
Corrente		(61)	(48)
Diferido		(57)	(23)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>533</b>	<b>342</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	19.2 (a)		
Ordinária		3,10	1,99
Preferencial A		3,41	2,19
Preferencial B		3,41	2,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)**

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>533</b>	<b>342</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Obrigações com benefícios a empregados	1	2
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(1)
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>		
Hedge de fluxo de caixa	(78)	21
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	50	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(10)	(7)
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(18)</b>	<b>14</b>
<b>Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos</b>	<b>(17)</b>	<b>15</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>516</b>	<b>357</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)**

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>533</b>	<b>342</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	133	106
Baixa de ativos não circulantes	8	15
Tributos sobre o lucro	118	71
Resultado financeiro, líquido	69	55
Valor de reposição estimado da concessão	(152)	(57)
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(126)	13
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(25)	87
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	4	7
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(158)	21
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	59	(51)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(7)	(12)
Outros ativos e passivos, líquidos	(23)	(12)
<b>Caixa líquido proveniente das operações</b>	<b>(479)</b>	<b>585</b>
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(72)	(73)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	17	19
Rendimento de aplicação financeira	10	7
Juros pagos - Arrendamentos	(1)	-
Tributos sobre o lucro pagos	(69)	(59)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>364</b>	<b>479</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(385)	(364)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(2)	(4)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1	5
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(386)</b>	<b>(363)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	428	-
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(3)	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(83)	(136)
Depósitos em garantias	2	3
Obrigações especiais	2	8
Pagamento de principal - Arrendamentos	(2)	(1)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(364)	(23)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(20)</b>	<b>(149)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(42)</b>	<b>(33)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>209</b>	<b>242</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>167</b>	<b>209</b>
<b>Transações que não envolvem caixa:</b>		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	15	6
Arrendamentos capitalizados	1	1
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	5	3
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimento)	-	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)**

	2021	2020
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	4.946	3.851
Perdas de créditos esperadas	(7)	(3)
<b>Insusos adquiridos de terceiros</b>	<b>4.939</b>	<b>3.848</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(1.751)	(1.422)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(534)	(269)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(536)	(539)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(2.821)</b>	<b>(2.230)</b>
Depreciação e amortização	2.118	1.618
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.985</b>	<b>1.512</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	407	461
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.392</b>	<b>1.973</b>
<b>Distribuição do valor adicionado Pessoal</b>		
Remunerações de empregados e administradores (incluindo férias e 13º salário)	82	73
Encargos sociais (exceto INSS)	12	9
Benefícios	58	49
(-) Transferências para ordens	(41)	(27)
Outros	4	3
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>115</b>	<b>107</b>
INSS (sobre folha de pagamento)	18	18
ICMS	766	622
PIS/COFINS sobre faturamento	200	169
Tributos sobre o lucro	118	71
Obrigações intrasetoriais	165	129
Outros	4	4
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>1.271</b>	<b>1.011</b>
Juros, variações cambiais e aluguéis	473	513
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>473</b>	<b>513</b>
Dividendos e Juros sobre capital próprio	124	80
Dividendos adicionais propostos	335	208
Reserva de incentivo fiscal	74	54
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>533</b>	<b>342</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>2.392</b>	<b>1.973</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T21	12M21	4T20	12M20	
(+) PECLD	(3)	(7)	2	(3)	Demonstrações de resultado
<b>EBITDA</b>	<b>242</b>	<b>851</b>	<b>159</b>	<b>573</b>	
(+) Depreciação e Amortização	(36)	(131)	(28)	(105)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(34)	(69)	(18)	(55)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(26)	(118)	(14)	(71)	Demonstrações de resultado
<b>Lucro Líquido</b>	<b>146</b>	<b>533</b>	<b>99</b>	<b>342</b>	Demonstrações de resultado

(\*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. ("Neoenergia Cosern"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Cosern e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Cosern. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Cosern sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)**

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	167	209	Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	318	340
Contas a receber de clientes e outros	10	702	495	Empréstimos e financiamentos	15.2	709	54
Títulos e valores mobiliários		2	1	Passivo de arrendamento		2	1
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	144	4	Instrumentos financeiros derivativos	15.3	3	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	45	31	Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	41	37
Outros tributos a recuperar	8.3.1	244	222	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	152	66
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	120	24	Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.4	215	2
Outros ativos circulantes		48	29	Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	34	76
<b>Total do circulante</b>		<b>1.472</b>	<b>1.015</b>	Provisões	16	12	19
				Outros passivos circulantes	17	98	71
<b>Não circulante</b>				<b>Total do circulante</b>		<b>1.584</b>	<b>666</b>
Contas a receber de clientes e outros	10	55	86	<b>Não circulante</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	126	260	Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	21	20
Outros tributos a recuperar	8.3.1	446	575	Empréstimos e financiamentos	15.2	1.432	1.649
Depósitos judiciais	16	21	20	Passivo de arrendamento		13	1
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	15	-	Instrumentos financeiros derivativos	15.3	-	2
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	1.933	1.525	Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	18	30
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	405	434	Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	77	30
Outros ativos não circulantes		9	15	Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.4	411	723
Direito de uso		15	1	Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.3	1	1
Intangível	13	695	686	Provisões	16	113	106
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.720</b>	<b>3.602</b>	Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	56
				Outros passivos não circulantes	17	9	4
<b>Total do ativo</b>		<b>5.192</b>	<b>4.617</b>	<b>Total do não circulante</b>		<b>2.095</b>	<b>2.622</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.513</b>	<b>1.329</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>5.192</b>	<b>4.617</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)**

	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>542</b>	<b>185</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>112</b>	<b>175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.052</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	342	-	342
Outros resultados abrangentes	-	-	15	-	-	-	-	-	15
<b>Transações com acionistas</b>									
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)	-	-	-	-	54	-	(54)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(51)	-	(51)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(208)	208	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>542</b>	<b>185</b>	<b>25</b>	<b>28</b>	<b>166</b>	<b>175</b>	<b>-</b>	<b>208</b>	<b>1.329</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	533	-	533
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(208)	(208)
Outros resultados abrangentes	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)
<b>Transações com acionistas</b>									
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)	-	-	-	-	74	-	(74)	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(55)	-	(55)
Dividendos intermediários (nota 19.2 (b))	-	-	-	-</					

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de fevereiro de 2022. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado a concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional da Companhia são os seguintes:

### a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

### b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2022:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.892	1.601
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	1.984	1.593
Construção de infraestrutura da concessão	380	373
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	97	89
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	46	50
Valor de reposição estimado da concessão (1)	152	57
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	344	79
Outras receitas (nota 3.4)	51	41
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.946</b>	<b>3.851</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.5)	(1.330)	(1.057)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>3.616</b>	<b>2.794</b>

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR"). **Reajuste Tarifário Anual - IRT 2021:** A Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 22 de abril de 2021, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 22 de abril de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.858/2021. O efeito médio para os consumidores é de 8,96%, sendo que para os consumidores de alta tensão, 11,18%, enquanto para os de baixa tensão, 8,27%. O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, bem como a antecipação da reversão para modalidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até março/2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de abril/2021. A variação da Parcela A foi de 16,18%, totalizando R\$ 238, impactada principalmente pelo aumento de 50,39% nos custos de transmissão e 8,46% nos custos com compra de energia, sendo a participação no IRT de 10,60%. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 221,32/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 30,63%, totalizando R\$ 237, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, deduzida do Fator X, de 0,47%, sendo a participação no IRT de 10,56%. A participação dos componentes financeiros e efeito da retirada dos financeiros anteriores foram de -7,43% e -4,78%, respectivamente, totalizando um efeito médio para o consumidor de 8,96%. **Bandeira Tarifária - Escassez Hídrica:** Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ("CREG"), determinou, que à ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2021 a Companhia faturou R\$ 173 a título de Bandeira de Escassez Hídrica. Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuará pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Bandeiras	2021		2020	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores	
Jan	Amarela	Amarela	Amarela	
Fev	Amarela	Amarela	Verde	
Mar	Amarela	Amarela	Verde	
Abr	Amarela	Amarela	Verde	
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I	Verde	
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Jul	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Ago	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Set	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Out	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Nov	Escassez Hídrica	Amarela	Verde	
Dez	Escassez Hídrica	Verde	Vermelha Patamar II	

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021		De julho a agosto/2021		A partir de setembro/2021	
	REH nº 2.628/2019	REH nº 2.888/2021	REH nº 2.888/2021	REH nº 2.888/2021	Resolução nº 3	MME R\$/MWh
Verde	-	-	-	-	-	-
Amarela	13,43	18,74	-	-	-	-
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	-	-	-	-
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	-	-	-	-
Escassez Hídrica	-	-	-	-	142	-

**Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica:** Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ("CREG"), emitiu a Resolução nº 2, que institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio à crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter "excepcional e temporário", terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 KWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente. Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 29 (nota 17), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções.

### 3.1 Fornecimento de energia elétrica:

	GWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Residencial	2.439	2.365	1.823	1.471
Comercial	854	803	751	597
Industrial	235	246	192	173
Rural	476	406	233	166
Poder público	240	214	196	146
Iluminação pública	211	212	104	80
Serviços públicos	147	247	93	137
Consumo próprio	6	6	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	13	26
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(1.815)	(1.459)
Subvenções e Subsídios governamentais (1)	-	-	302	264
<b>Total</b>	<b>4.608</b>	<b>4.499</b>	<b>1.892</b>	<b>1.601</b>

(1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 302 (R\$ 264 em 2020), sendo: (i) R\$ 141 (R\$ 146 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 117 (R\$ 111 em 2020) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 29 (R\$ 0 em 2020) referente à subvenção

cão bônus crise hídrica e (iv) R\$ 15 (R\$ 7 em 2020) de subvenção CCRBT. **3.2 Disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2021	2020
Consumidor livre	169	102
Consumidor cativo (1)	1.815	1.459
<b>Total</b>	<b>1.984</b>	<b>1.561</b>

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.858/2021 (nota 3).

### 3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2021	2020
<b>CVA e neutralidade</b>		
Energia (i)	43	(50)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	183	37
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1)	(13)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	11	36
Neutralidade de encargos setoriais	(5)	7
PROINFA	1	(1)
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>16</b>

**Componentes financeiros e subsídios**

Repasse de sobrecontratação (iv)	(24)	80
Risco hidrológico	(4)	(16)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	21	15
Diferimento de reajuste	1	13
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(7)	-
Passivo conta COVID (v)	(6)	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vi)	135	-
Outros	(4)	1
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>63</b>
<b>Total</b>	<b>344</b>	<b>79</b>

(i) **Energia:** CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, devido à elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2021, ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultou em uma CVA mais ativa neste ano; (ii) **Encargos do Serviço do Sistema - ESS:** CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS\_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021, e ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultou em uma CVA mais ativa neste ano; (iii) **Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica:** CVA ativa, em função da REH nº 2.726/2020, com vigência de 1º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, realizar acima da cobertura tarifária ANEEL, e reduzida pela REH nº 2.896/2021, com vigência a partir de 1º de julho de 2021, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão; (iv) **Repasse de sobrecontratação:** A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da diminuição da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. O resultado das sobras de 6,16% acima do requisito registrado no exercício, superou o limite regulatório estabelecido pela ANEEL, com efeitos financeiros de R\$ -1 da sobrecontratação acima dos 5%. Além disso, o Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE permite que as distribuidoras possam vender seu excedente de energia a consumidores livres, a agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, a comercializadores e a agentes de autoprodução, ou seja, trata-se de um mecanismo de mitigação da sobrecontratação buscando instrumentalizar as distribuidoras em sua tarefa de adequação dos níveis contratuais. Assim, foi reconhecido o valor de R\$ -20 relativos aos resultados do MVE; (v) **Passivo conta COVID:** Constituição passiva do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020; e (vi) **Crédito PIS/COFINS sobre ICMS:** Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2021, R\$ -191 a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2021, o valor ativo de R\$ 135 em contrapartida da redução da receita.

### 3.4 Outras receitas:

	2021	2020
Renda da prestação de serviços	1	-
Arrendamentos e alugueis	34	29
Serviço taxado	2	1
Comissão de serviços de terceiros	12	10
Outras receitas	2	1
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>41</b>

### 3.5 Deduções de receita bruta:

	2021	2020
<b>Tributos</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(766)	(622)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição	(397)	(304)
Imposto do Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2)	(2)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1.165)	(928)
<b>Encargos setoriais</b>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(123)	(95)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(15)	(12)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(7)	(8)
Outros encargos (1)	(20)	(14)
<b>Total</b>	<b>(1.655)</b>	<b>(1.299)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.330)</b>	<b>(1.057)</b>

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSSE. **3.6 Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus crise hídrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as melhorias de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelos ONs.

## 4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
<b>Compra para revenda</b>				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (i)	3.267	3.481	(1.024)	(736)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(213)	(202)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2) (iii)	49	51	(45)	(76)
Contratos por cotas de garantia física	1.391	1.378	(161)	(150)
Energia adquirida contrato bilateral	771	773	(226)	(184)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	187	186	(43)	(52)
Outros	110	112	(39)	(22)
<b>Subtotal</b>	<b>5.775</b>	<b>5.981</b>	<b>(1.751)</b>	<b>(1.422)</b>
Créditos de PIS e COFINS	-	-	158	116
<b>Total</b>	<b>5.775</b>	<b>5.981</b>	<b>(1.593)</b>	<b>(1.306)</b>

**Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão**

Encargos de rede básica	(244)	(205)
Encargos de conexão	(41)	(26)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (iv)	(264)	(36)
Encargo de Energia de Reserva - EER (v)	15	(2)
<b>Subtotal</b>	<b>(534)</b>	<b>(269)</b>
Créditos de PIS e COFINS	43	22
<b>Total</b>	<b>(491)</b>	<b>(247)</b>

**Total dos custos com energia elétrica**

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. (2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores, do início de novos contratos e principalmente da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude do maior acionamento da geração de usinas térmicas em decorrência da crise hídrica; (ii) Menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos aumentou o custo com o Risco
---

Hidrológico e o consequente despacho das térmicas aumentou o custo com o Condomínio Virtual; (iii) Redução decorrente do PLD em 2021 gerando menos excedente financeiro, o que não ocorreu em 2020, onde houve um aumento de excedente financeiro devido a diferença de PLD entre submercados e, também, pelo menor volume de compra de energia no MCP; (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto a ONS; e (v) Em 2021 foi impactado pelo repasse do Excedente de Energia de Reserva, com o PLD em patamares elevados e das expectativas de geração das usinas contratadas no âmbito da Energia de Reserva, tais fatores influenciaram diretamente na entrada de recurso na conta.

## 5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2021	2020
Pessoal	(38	

Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas, além de R\$ 2 reconhecidos como ativos de IRPJ e CSLL a recuperar, como resultado do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.063.187 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em 24 de setembro de 2021, quando foi estabelecida a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, a Companhia possui o montante de R\$ 426 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2020) referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. A principal natureza está relacionada a não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 378 (R\$ 312 em 31 de dezembro de 2020).

**8.1.5 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2 Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL:** O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	638
Provisão constituída	(421)
<b>Benefício fiscal</b>	<b>217</b>
Amortização acumulada	(529)
Reversão acumulada	349
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>37</b>
Amortização	(18)
Reversão	12
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>31</b>

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	2022	2023	2024	2025	2026	Entre 2027 e 2031
	0,0267	0,0255	0,0244	0,0234	0,0224	0,0214

**8.3 Outros Tributos:**

**8.3.1 Outros tributos a recuperar:**

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	61	56
Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4)	111	132
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4)	516	609
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1	-
Outros	1	-
<b>Total</b>	<b>690</b>	<b>797</b>
Circulante	244	222
Não circulante	446	575

**8.3.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	72	13
Programa de Integração Social - PIS	1	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6	12
Impostos e contribuições retidos na fonte	7	11
Outros	3	3
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>89</b>	<b>42</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17	19
Programa de Eficiência Energética - PEE	22	19
Bandeira Tarifária	36	15
Outros	6	1
<b>Encargos setoriais</b>	<b>81</b>	<b>54</b>
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>96</b>
Circulante	152	66
Não circulante	18	30

**8.4 Ressarcimento à consumidores - Tributos federais:** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou Embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para: (a) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (b) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga. Em dezembro de 2020, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, após esta ajuizada em 2010. Diante de tal fato, autorizador da compensação nos termos do art. 170-A do Código Tributário Nacional, a Companhia inicialmente constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar já atualizado no total de R\$ 725, tomando por critério de cálculo o entendimento da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta Interna COSIT nº 013/2018, considerando inicialmente o valor de ICMS devido. Constituiu-se ainda, na ocasião, um passivo no montante de R\$ 725, deste total R\$ 2 de honorários de êxito devidos aos advogados. A constituição de um passivo pelo mesmo valor é decorrente da adoção de cautela necessária e devida prudência, frente ao possível entendimento da ANEEL de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, segundo a interpretação da Agência nos termos das normas regulamentares do setor elétrico e do contrato de concessão. O tema, contudo, segue sob consulta pública da Agência, ainda não concluída até a presente data. Os valores contabilizados no ativo e no passivo passaram a ser atualizados pela taxa SELIC. Após o julgamento dos Embargos de Declaração no STF, e diante da necessidade de recálculo dos valores à luz do entendimento firmado em torno do expurgo do ICMS pelo valor destacado e não mais o valor devido adotado inicialmente, a Companhia constituiu um ativo suplementar de R\$ 26, sendo: R\$ 16 principal e R\$ 10 atualização. A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela Receita Federal do Brasil. A Companhia iniciou o repasse aos consumidores a partir de abril de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.858/21. Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento à consumidores:

	2021	2020
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>662</b>	
Constituição	49	
Atualização monetária	15	
Pagamento (1)	(1)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>725</b>	
Constituição (2)	31	
Atualização monetária (3)	56	
Transferência para Parcela A (nota 11)	(186)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>626</b>	
Circulante	415	
Não circulante	211	

(1) Pagamento de honorários de êxito. (2) Impacto oriundo da mudança de critério entre ICMS destacado versus devido, no montante de R\$ 16 e constituição, no montante de R\$ 40, referente aos meses em que não houve a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. (3) Impacto oriundo da mudança de critério entre ICMS destacado versus devido, no montante de R\$ 10 e atualização, no montante de R\$ 21, referente aos meses em que não houve a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

**9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	25	22
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	40	55
Fundos de Investimento	102	132
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>209</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 99% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

**10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	2021	2020
<b>Perda de Contas a Receber</b>	<b>Perda de Contas a Receber</b>	<b>Perda de Contas a Receber</b>
<b>Perda de créditos receber, bivel esperadas líquidos</b>	<b>Perda de créditos receber, bivel esperadas líquidos</b>	<b>Perda de créditos receber, bivel esperadas líquidos</b>
670 (81) 589 548 (83) 465		
Fornecimento de energia (nota 10.1)		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	28	-
Disponibilidade da rede elétrica	16	-
Subvencões e subsídios governamentais	100	-
Outros recebíveis	28	(4)
<b>Total</b>	<b>842</b>	<b>(85)</b>
Ativo circulante	702	495
Ativo não circulante	55	86

**10.1 Fornecimento de energia:** A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2021	2020
<b>Perdas de créditos esperadas</b>	<b>Perdas de créditos esperadas</b>	<b>Perdas de créditos esperadas</b>
Residencial	195 (22) 144 (18)	
Comercial	85 (9) 52 (8)	
Industrial	41 (18) 34 (18)	
Rural	36 (9) 24 (8)	
Poder público	109 (20) 137 (28)	
Iluminação pública	23 (1) 14 (1)	
Serviço público	20 (1) 16 (1)	
Não faturado	161 (1) 127 (1)	
<b>Total</b>	<b>670 (81) 548 (83)</b>	

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2021	2020
<b>Perdas de créditos esperadas</b>	<b>Perdas de créditos esperadas</b>	<b>Perdas de créditos esperadas</b>
A vencer	342 (4) 335 (7)	
<b>Saldos vencidos:</b>	<b>(77) 213 (76)</b>	
90 dias	180 (4) 115 (3)	
Entre 91 e 180 dias	29 (5) 16 (4)	
Entre 181 e 360 dias	38 (7) 23 (6)	
Acima de 361 dias	81 (61) 59 (63)	
<b>Total</b>	<b>670 (81) 548 (83)</b>	

**10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE:**

	2021	2020
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(86) (95)</b>	
Efeito reconhecido no resultado do período	(7) (3)	
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	8 12	
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(85) (86)</b>	

**10.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisão baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

**11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)**

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2021	2020
<b>Obrigações</b>	<b>Obrigações</b>	<b>Obrigações</b>
<b>Direito</b>	<b>cões líquido</b>	<b>cões líquido</b>
Energia	112 (8) 104 (8) 64 (6)	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	167 - 167 - (21) (21)	
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	53 (4) 49 (4) 37 (4)	
Outros	4 (14) (10) 3 (7) (4)	

**Componentes financeiros e subsídios**

	2021	2020
Repasse de sobrecontratação	8 (33) (25) 12 (11) 1	
Risco hidrológico	- (64) (64) - (60) (60)	
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	- (30) (30) - (51) (51)	
Passivo conta COVID	- (2) (2) - - -	
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (1)	137 (191) (54) - - -	
Outros	2 (2) - 9 (7) 2	
<b>Total</b>	<b>483 (348) 135 137 (169) (32)</b>	
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	41 (39) 2 42 (38) 4	
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	442 (309) 133 95 (131) (36)	
<b>Total</b>	<b>483 (348) 135 137 (169) (32)</b>	
Ativo circulante	120 24	
Ativo não circulante	15 -	
Passivo não circulante	- (56)	

(1) O repasse nas tarifas dos créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril/21 a março/22, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal. A Companhia já compenrou R\$ 186, equivalente ao montante transferido para diferimento em tarifa (nota 8.4). A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>180 (190) (10)</b>		
Constituição	246 (99) 147 (68)		
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	117 (185) (68) (1)		
Atualização monetária	6 (7) (1) (95)		
Antecipação conta COVID (1)	(80) (15) (32) (5)		
Transferências	(332) 327 (5)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>137 (169) (32)</b>		
Constituição (2)	488 (136) 352 (8)		
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(126) 118 (8) 9		
Atualização monetária	17 (8) (186) (33)		
Transferências	(33) (153) (348) 135		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>483 (348) 135 137 (169) (32)</b>		

(1) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 95 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. (2) Em 2021, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 352 com destaque para a CVA de Energia, devido ao aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, decorrente da elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas e do aumento dos eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo, além da CVA de ESS, em função do aumento do Encargo de Segurança Energética (ESS) e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS\_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021. A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da Conta COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID. Até o final do exercício de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 28 para amortização da operação financeira da CDE - CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21. **11.1 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. As atualizações monetárias dos ativos e passivos financeiros setoriais são efetuadas pela taxa SELIC, conforme PRORET. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

**12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO**

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1 Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6ii). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2021	2020
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>1.525 1.276</b>	
Adições (1)	(4) (1)	
Baixas	(6) (7)	
Transferências ativo contratual (1)	256 191	
Transferências ativo intangível	4 3	
Transferências outros	- (1)	
Ajustes a valor justo (2)	152 57	
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>1.933 1.525</b>	
Ativo não circulante	1.933 1.525	

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. (2) Variação do valor justo em decorrência do crescimento do IPCA no período. **12.2 Ativo Contratual:** Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito a contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2021	2020
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>434 384</b>	
Adições (1)	388 374	
Baixas (6)	(7) (7)	
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(142) (132)	
Transferências - ativos financeiros (1)	(256) (191)	
Transferências - outros	(13) - 6	
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>405 434</b>	
Custo	408 436	
Obrigações especiais	(3) (2)	

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorri-

dos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. **12.3 Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: • De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. • Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela estimada dos investimentos realizados (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso,

incurridos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,9% e 5,3%, respectivamente. **15.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas, cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2021	2020
<b>Contratos para proteção de dívidas:</b>		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	190	179
Swap de taxas de juros - R\$	77	83
<b>Exposição líquida</b>	<b>267</b>	<b>262</b>

Ativo circulante	144	4
Ativo não circulante	126	260
Passivo circulante	(3)	-
Passivo não circulante	-	(2)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

**Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa**  
Contratados para proteção de dívidas

	2021	2020
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo	190	179
Contratados para proteção de dívidas	77	83
	267	262

**b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes:**

	2021		2020	
	Proteção de dívidas	Total	Proteção de dívidas	Total
Saldo inicial	262	262	107	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado	50	50	153	-
Liquidação financeira entradas (saídas)	(17)	(17)	(18)	(1)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(28)	(28)	21	-
<b>Saldo final</b>	<b>267</b>	<b>267</b>	<b>263</b>	<b>(1)</b>

**Saldo inicial**  
Ganho (perda) reconhecido no resultado  
Liquidação financeira entradas (saídas)  
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente  
**Saldo final**  
Ganho (perda) reconhecido no resultado  
Custos de operação  
Resultado financeiro, líquido (nota 7)

**c) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo despesa operacional ou despesa financeira) ou intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

## 16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

**16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas (i)	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>23</b>	<b>95</b>	<b>7</b>	<b>125</b>
Adições e reversões, líquidas	4	5	-	9
Pagamentos	(12)	(3)	-	(15)
Atualizações monetárias	1	5	-	6
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>16</b>	<b>102</b>	<b>7</b>	<b>125</b>
Circulante				113
Não circulante				12

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>22</b>	<b>92</b>	<b>4</b>	<b>118</b>
Adições e reversões, líquidas	2	5	2	9
Pagamentos	(7)	(15)	-	(22)
Atualizações monetárias	6	13	2	21
Transferências	-	-	(1)	(1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>23</b>	<b>95</b>	<b>7</b>	<b>125</b>
Circulante				119
Não circulante				16

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos: (i) **Provisões Trabalhistas:** Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 85 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2020), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis (i)	100	89
Processos trabalhistas (ii)	69	15
Processos fiscais (iii)	83	34
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>138</b>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos: (i) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, destacamos: • Ação coletiva no valor de R\$ 62, ajuizada pelo Sindicato requerendo o cumprimento, imediato, do PCCS aprovado em 1991. Processo aguarda realização de audiência de instrução. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intencões e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPFM, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizadas monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58, com impacto 3% em dezembro de 2021; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	2	1
Processos trabalhistas	4	4
Processos fiscais	15	15
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>20</b>

**d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

## 17. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Caução em garantia (1)	34	37
Devoluções a consumidores (i)	43	12
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	4	3
Repasse a terceiros	18	15
Outros	8	8
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>75</b>
Circulante	98	71
Não circulante	9	4

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados e empresas fornecedoras de serviços. (i) Devolução no montante de R\$ 29 (nota 3).

## 18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2021	2020
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	41	37
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	(1)	(14)
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>23</b>
Ativo não circulante - outros (1)	(1)	(14)
Passivo circulante	41	37

(1) A apresentação do saldo de Superávit do benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes. **18.1 Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego:** A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria

que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2021			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
<b>Planos de benefício definido</b>				
Néos - Plano RN (antigo Plano FASERN (1))	-	283	Fechado	Superavitário
<b>Total</b>		<b>283</b>		

	2021			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
<b>Planos de contribuição definida</b>				
Néos - Plano RN	683	267	Fechado	N/A
Néos - Plano PE	5	-	Fechado	N/A
Néos - Plano BA	7	1	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	334	-	Aberto	N/A
	1.029	268		
	1.029	551		

**a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:**

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	(94)	159	(54)	11
Efeitos dos juros	(7)	12	(4)	-
Benefícios pagos pelo plano	12	(12)	-	1
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(4)	-	8	-
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(2)	-	(2)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(93)</b>	<b>157</b>	<b>(50)</b>	<b>14</b>
Efeitos dos juros	(6)	10	(3)	1
Benefícios pagos pelo plano	8	(8)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (1)	10	-	18	28
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(42)	-	(42)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(81)</b>	<b>117</b>	<b>(35)</b>	<b>1</b>
Planos superavitários	(81)	117	(35)	1

(1) Em 2021, a Companhia apurou um ganho atuarial pelo efeito das mudanças das premissas demográficas no valor de R\$ 11, ocasionada pela alteração da hipótese de mortalidade geral e um ganho atuarial pelo efeito das mudanças das premissas financeiras no valor de R\$ 3, ocasionada substancialmente pela alteração da taxa de juros, fator de capacidade e taxa de inflação. **b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:**

	2021		
	Benefício definido	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	-	(9)	(10)
Despesa com juros de passivos	(6)	-	(6)
Receita com juros de ativos	7	-	7
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>(9)</b>	<b>(9)</b>

	2020		
	Benefício definido	Contribuição definida	Total
Custo do serviço	-	(3)	(3)
Despesa com juros de passivos	(7)	-	(7)
Receita com juros de ativos	8	-	8
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>

**Alocação dos custos do serviço:**  
Resultado do exercício

**Alocação dos custos do serviço:**  
Resultado do exercício

**c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:**

	2021	2020
<b>Saldo no início</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
Efeito de mudança nas premissas atuariais	10	(4)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(42)	(2)
Mudança de teto de ativo	18	8
<b>Efeito bruto</b>	<b>(14)</b>	<b>2</b>
Tributos sobre o lucro	5	(1)
<b>Efeito líquido em outros resultados abrangentes</b>	<b>(9)</b>	<b>1</b>
<b>Saldo no final</b>	<b>(1)</b>	<b>8</b>

	2021			2020		
	Benefício definido	Contribuição definida	Total	Benefício definido	Contribuição definida	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(81)	(93)	(174)	(81)	(93)	(174)
Valor justo dos ativos	118	157	275	118	157	275
Efeito do limite do ativo (teto)	(36)	(50)	(86)	(36)	(50)	(86)
<b>Total passivo (ativo) líquido</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>15</b>
Ativo não circulante			1			1

**d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:**

	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais	(81)	(93)
Valor justo dos ativos	118	157
Efeito do limite do ativo (teto)	(36)	(50)
<b>Total passivo (ativo) líquido</b>	<b>1</b>	<b>14</b>
Ativo não circulante		
	1	14

**e) Outras informações dos planos de benefício definido:**

	2021		2020	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo
<b>Investimento direto:</b>				
Fundo de investimento imobiliário	-	1	-	1
<b>Investimento através de fundos:</b>				
Fundo de investimento - Ações/ Quotas	9	-	9	-
Fundo de investimento - Renda fixa	108	-	108	-
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>1</b>	<b>118</b>	<b>1</b>

**(ii) Expectativa de pagamentos futuros:** As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2021		2020	
	Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
Entre 2027 e 2031				
<b>Total</b>				

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. **(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2021		2020	
	Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
<b>Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%</b>				
Valor presente da obrigação atuarial		84		97
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial		3,67%		4,31%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial		7,72		8,90
<b>Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%</b>				
Valor presente da obrigação atuarial		78		89
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial		-3,43%		-4,00%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial		7,32		8,40

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021		2020	
	Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	8,16%	6,80%		
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A		
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A		
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,25%		
Duration (em anos)	7,52	8,64		
Tábua de mortalidade				

2020			
Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
<b>Ativo</b>			
Outros ativos	1	-	1
<b>Passivo</b>			
Fornecedores e contas a pagar (a)	1	-	8
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	66	10
Outros passivos	2	2	-
	3	68	18
			89

**20.2 Transações com partes relacionadas:**

2021			
Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
<b>Resultado do exercício</b>			
Receita operacional líquida (a)/(f)	(6)	-	(7)
Custos dos serviços (a)	12	-	(67)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(3)	-	(5)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(8)	-
	(9)	(8)	(72)
			(89)

2020			
Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
<b>Resultado do exercício</b>			
Receita operacional líquida (a)/(f)	4	-	(4)
Custos dos serviços (a)	(11)	-	(64)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	(2)	-	(5)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(11)	-
	(9)	(11)	(69)
			(89)

**20.3 Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a: (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo; (b) Contribuição ao fundo previdenciário dos funcionários ativos; (c) Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avaliada de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval com vencimento em 2021, corrigidos anualmente pela variação do IGPM; (d) Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo; (e) Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas; e (f) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM com vencimentos até 2021. **20.4 Remuneração da administração (Pessoa-chave):** As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	2021	2020
Salários e benefícios recorrentes	2	2
Outros benefícios de curto prazo	-	-
Benefícios de longo prazo	-	1
	2	4

**21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	65	-	102	77
Títulos e valores mobiliários	-	-	2	-
Contas a receber de clientes e outros	842	-	667	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	193	77	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	135	-	24	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	1.933	-
<b>Total</b>	<b>1.042</b>	<b>193</b>	<b>2.114</b>	<b>768</b>
				<b>181</b>
				<b>1.741</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	339	-	360	-
Empréstimos e financiamentos	1.677	-	464	1.237
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	56	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3	-	2
Passivo de arrendamento	15	-	2	-
<b>Total</b>	<b>2.031</b>	<b>3</b>	<b>464</b>	<b>1.655</b>
				<b>2</b>
				<b>466</b>

CA - Custo Amortizado, VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes, VJR - Valor Justo por meio do Resultado. **21.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	102	-	102	132	-	132
Títulos e valores mobiliários	2	-	2	1	-	1
Instrumentos financeiros derivativos	270	-	270	264	-	264
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	1.933	1.933	-	1.525	1.525
	<b>374</b>	<b>1.933</b>	<b>2.307</b>	<b>397</b>	<b>1.525</b>	<b>1.922</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	464	-	464	466	-	466
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	3	2	-	2
	<b>467</b>	<b>-</b>	<b>467</b>	<b>468</b>	<b>-</b>	<b>468</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, fo-

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	102	-	102	132	-	132
Títulos e valores mobiliários	2	-	2	1	-	1
Instrumentos financeiros derivativos	270	-	270	264	-	264
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	1.933	1.933	-	1.525	1.525
	<b>374</b>	<b>1.933</b>	<b>2.307</b>	<b>397</b>	<b>1.525</b>	<b>1.922</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	464	-	464	466	-	466
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	3	2	-	2
	<b>467</b>	<b>-</b>	<b>467</b>	<b>468</b>	<b>-</b>	<b>468</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, fo-

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de distribuição de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.

Elena León Muñoz	Edison Antônio Costa Britto Garcia
Fulvio da Silva Marcondes Machado	Pedro Damásio Costa Neto
Eduardo Capelastegui Saiz	Rogério Aschermann Martins
Leonardo Pimenta Gadelha	
Solange Maria Pinto Ribeiro	

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.

Francisco Gaudio

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Teima Suzana Mezia (Suplente)

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Luiz Carlos Faria Ribeiro

ram nos montantes de R\$ 152 e R\$ 57, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	1.677	1.657	1.237	1.255

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo Amortizado ("CA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de inadimplência e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado, complementada por notas explicativas e a proposta da Administração. É determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectiva através dos termos críticos do objeto dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	2021		2020	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	65	-	102	77
Títulos e valores mobiliários	-	-	2	-
Contas a receber de clientes e outros	842	-	667	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	193	77	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	135	-	24	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	1.933	-
<b>Total</b>	<b>1.042</b>	<b>193</b>	<b>2.114</b>	<b>768</b>
				<b>181</b>
				<b>1.741</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	339	-	360	-
Empréstimos e financiamentos	1.677	-	464	1.237
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	56	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3	-	2
Passivo de arrendamento	15	-	2	-
<b>Total</b>	<b>2.031</b>	<b>3</b>	<b>464</b>	<b>1.655</b>
				<b>2</b>
				<b>466</b>

CA - Custo Amortizado, VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes, VJR - Valor Justo por meio do Resultado. **21.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	102	-	102	132	-	132
Títulos e valores mobiliários	2	-	2	1	-	1
Instrumentos financeiros derivativos	270	-	270	264	-	264
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	1.933	1.933	-	1.525	1.525
	<b>374</b>	<b>1.933</b>	<b>2.307</b>	<b>397</b>	<b>1.525</b>	<b>1.922</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	464	-	464	466	-	466
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	3	2	-	2
	<b>467</b>	<b>-</b>	<b>467</b>	<b>468</b>	<b>-</b>	<b>468</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, fo-

	2021			2020		
	Nível 2</					